

CONFLITOS AMBIENTAIS: ATORES, CAUSAS E DESDOBRAMENTOS NA ZONA DA MATA MINEIRA

Bruno Costa da Fonseca

Universidade Federal de Viçosa
bruno_fonsecacosta@hotmail.com

Marcelo Leles Romarco de Oliveira

Universidade Federal de Viçosa
mlromarco@yahoo.com.br

Dayane Rouse Neves Sousa

Universidade Federal de Viçosa
sousadayane@ymail.com

RESUMO

A análise e estudo de conflitos ambientais configuram-se em uma importante ferramenta para o entendimento dos usos e apropriação dos recursos naturais de uma determinada região. Entender as tensões, os atores sociais envolvidos e os desdobramentos destes conflitos é objeto deste trabalho, que originou-se da pesquisa intitulada "Mapeando os Conflitos Socioambientais na Bacia do Rio Doce" da qual utilizaremos o recorte espacial da Zona da Mata Mineira. Foi utilizado como procedimentos metodológicos coleta de dados junto as reuniões dos movimentos sociais, participações em audiências públicas, atuação no Projeto de Assessoria às Comunidades Atingidas por Barragens na Zona da Mata Mineira, pesquisas bibliográficas, análise da cobertura midiática local, dentre outros. Deste modo, foi possível evidenciar os principais conflitos e os atores sociais envolvidos tentando assim trazer a luz do debate as principais tramas que envolve tais embates. Encontramos como principais resultados, a disparidade de interesses entre Empresas Privadas, Estado, Movimentos Sociais, e população, que se encontra atingida por grandes empreendimentos, gerando assim conflitos de cunho político, social, econômico e simbólico.

Palavras-chave: Conflitos Ambientais; Atores Sociais; Zona da Mata Mineira.

ENVIRONMENTAL CONFLICTS: ACTORS, AND CAUSES SPLIT IN THE AREA OF FOREST MINEIRA

ABSTRACT

The analysis and study of environmental conflicts are configured in an important tool for understanding the uses and ownership of natural resources in a given region. Understanding the tensions, the social actors involved and the ramifications of these conflicts is the object of this work, which originated from a survey entitled "Mapeando os Conflitos Socioambientais na Bacia do Rio Doce" which will use the spatial area of Zona da Mata Mineira. We used as instruments collecting data from the meetings of social movements, participation in public hearings, acting in Projeto de Assessoria às Comunidades Atingidas por Barragens na Zona da Mata Mineira literature searches, analysis of local media coverage, among others. Thus, it was possible to show the principais conflicts and social actors involved thus trying to bring to light the main plots of the debate surrounding such conflicts. We found the main results, the disparity of interests between private companies, State, Social Movements, and the population that is affected by large enterprises, thereby creating conflicts of political, social, economic and symbolic.

Keywords: Environmental Conflicts; Social Actors; Mining Forest Zone.

Recebido em 27/02/12
Aprovado para publicação em 18/06/12

INTRODUÇÃO

O estudo de conflitos ambientais constitui em uma importante ferramenta para se tentar entender a discordância entre grupos sobre um determinado ponto que lhes é comum ou pelo qual eles são concorrentes. Dessa forma, há que se orientar por uma lógica que perceba os conflitos entre grupos de interesses distintos no que diz respeito a acesso a bens e recursos. Tais grupos, além dos distintos usos culturais/simbólicos de um dado território, podem apresentar um histórico de exclusão e expropriação de recurso, tais como, grupos de trabalhadores sem terra, comunidades negras e remanescentes de quilombos, grupos indígenas, pescadores e ribeirinhos.

Segundo Barbanti Jr. (2002), os estudos dos conflitos se confundem a própria história da humanidade, pois antes mesmo da formação das escolas de pensamento da Grécia Antiga grandes estrategistas já elaboravam suas teorias pré-militares inerentes as disputas territoriais. Ao longo da história do homem diversos campos do conhecimento como a Psicologia Social, a Economia, a Administração, a Sociologia, a Antropologia e a Ciência Política, contribuíram para a análise dessas formas violentas de conflitos, ou mesmo, para outras formas menos agressivas de embates entre indivíduos, entre grupos sociais, e até mesmo, entre Estados.

No entanto, o sentido e a abordagem dos conflitos vem mudando constantemente, possibilitando aos cientistas sociais optarem por aquele que melhor atendem à sua demanda. Theodoro, Cordeiro e Beke (2004), assinala que a partir de meados do século XX o percurso da humanidade foi marcado por períodos de grandes crises. Porém, foi no final do século XX e início do século XXI que aconteceram as maiores crises sociais, econômicas e ambientais, o que vem potencializando a emergência de conflitos ambientais.

Assim, Piasentin (2008) define que os conflitos ambientais são causados principalmente, pela escassez de recursos naturais causada pela ação do homem, gerando problemas como diminuição da produção agrícola, migração populacional, decadência econômica, enfraquecimento das instituições e relações sociais. Nesse sentido, enaltece a importância de que o conceito de conflito ambiental não seja reduzido a uma questão de ordem econômica, ligado unicamente ao risco de escassez de algum tipo de fonte de energia, ou similar. Nessa linha Borsoi (2007), explicita que a concepção predominante sobre conflitos ambientais é a economicista e reducionista da qual o conflito ambiental estaria delimitado na quantidade e qualidade de matéria e energia existente no planeta, não levando em consideração os aspectos sociais e simbólicos.

Contudo, o conceito que nos permitir entender de forma mais dinâmica os conflitos ambientais oriundos da Zona da Mata Mineira é o que mais se aproxima da sociologia e da antropologia, devido à complexidade social desse território e seu histórico de exploração. Nesse sentido, Nascimento (2001) aponta que:

[...] em muitos conflitos gerados em torno da disputa pelo uso de determinados recursos naturais, ocorre uma trama entre os atores, com dinâmicas que precisam ser contextualizadas, uma vez que envolvem aspectos históricos, culturais e éticos, muitas vezes submersos ou invisíveis. Por exemplo, a fluidez temporal das alianças entre os diferentes atores, gera situações de grande complexidade e volatilidade. Os recortes podem ser surpreendentes dependendo do momento em que se analisam determinadas situações. (NASCIMENTO, 2001, p. 12).

Nessa perspectiva para Little (2006), o conceito de conflitos ambientais na perspectiva antropológica, ultrapassa as barreiras da discussão política e econômica, acrescentando ingredientes cosmológicos, rituais, identitários e morais, que por vezes passam despercebidas aos olhares de outras linhas de conhecimentos. Nesse sentido, para o autor, a etnografia dos conflitos ambientais explicita as bases latentes dos conflitos e da visibilidade a grupos marginalizados, tais como: povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos, dentre outros.

Os conflitos ambientais tem se tornado evidente no Brasil, principalmente, quando acontece o antagonismo entre meio ambiente e desenvolvimento econômico. Sendo que os recursos

naturais são os pilares do desenvolvimento econômico, no entanto nas décadas de 70 e 80 se alastrou um modelo de desenvolvimento predador por quase todos os países do mundo culminando em graves consequências ambientais e sociais.

Deste modo, com o contraste entre meio ambiente e desenvolvimento econômico, é que nasce o conceito de desenvolvimento sustentável. Segundo consta no site da World Wide Fund For Nature - Brasil (WWF) (2011) a

[...] definição mais aceita para desenvolvimento sustentável é o desenvolvimento capaz de suprir as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade de atender as necessidades das futuras gerações. É o desenvolvimento que não esgota os recursos para o futuro. (WWF, 2011).

No Brasil, para Zhouri e Laschefski (2010), a morte de Chico Mendes em 1988 foi o marco da luta entre ambientalistas e desenvolvimentistas. Na segunda Conferência Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (que ficou conhecida como Eco-92), ficou acordado por mais de uma centena de países que deveria ser estabelecido uma nova proposta de desenvolvimento construída a partir do tripé economia - ecologia - equidade social.

Neste novo milênio com a entrada do governo Lula no poder foi possível perceber uma acentuação de velhos conflitos, com a criação do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC). Observa-se que neste Governo existe uma contradição entre o discurso ambiental e sua política de investimentos. A construção de grandes projetos de infraestrutura, como hidrelétricas, hidrovias, rodovias, portos, entre outros têm conseguido burlar algumas conquistas ambientais como, o licenciamento ambiental, os planos de mitigação e de compensação ambiental, desconsiderando direitos de grupos indígenas, quilombolas e povos tradicionais, pois estes têm sido considerados um empecilho para o desenvolvimento econômico (ZHOURI e LASCHEFSKI, 2010; MALVEZZI, 2009). Este processo de desenvolvimento desorientado tem tido continuidade com a presidenta Dilma, basta ver o caso de Belo Monte².

Em Minas Gerais, implicando diretamente na Zona da Mata, o Estado publicou a Avaliação Ambiental e Estratégica do Programa de Geração Hidrelétrica em Minas Gerais (PGHMG 2007-2027) que prevê a construção de 45 UHEs (Usinas Hidrelétricas de Energia) e 335 PCHs (Pequenas Centrais Hidrelétricas), totalizando um incremento de 7,7 mil MW que corresponderia à cerca de 45% em relação à potência instalada no estado até 2027. O Governo justifica a construção desses empreendimentos com o discurso de que haverá um aumento do consumo de energia elétrica nos próximos anos e que estas obras fazem parte do capital físico a ser investido no Estado trazendo desenvolvimento para as regiões onde serão implantadas. Desenvolvimento pra quem? E as energias limpas? Perguntas estas que têm sido feitas por estudiosos e pela sociedade em geral diante do modelo de desenvolvimento proposto pelo Estado.

Deste modo, este trabalho tem por escopo trazer a tona o debate em torno dos conflitos ambientais gerados pela apropriação dos recursos naturais inerentes a Zona da Mata Mineira, contribuindo assim, para os debates que visam apontar os conflitos, as causas e os atores sociais envolvidos neste complexo jogo de disputa de interesses. Igualmente, tentar compreender as interações que recobrem o modelo de desenvolvimento econômico promovido pelo Estado versus o desenvolvimento sustentável, tendo por consequência conflitos ambientais que ultrapassam características econômicas e abarcam complexos processos sociais e os diversos sujeitos neles envolvidos.

² Está previsto para 2015, no Pará, a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, localizado na bacia do Xingu. Este projeto tem sido alvo de críticas repercutidas em todo o mundo. (DAVES e BRAGA, 2011).

ALGUNS PRESSUPOSTOS SOBRE CONFLITOS AMBIENTAIS

Elencamos como já apontado nos estudos de Nascimento e Drummond (2001) algumas características que devem ser buscadas nos estudos sobre conflitos ambientais, a saber: os atores sociais, a natureza do conflito, o objeto de disputa e as dinâmicas.

I. Os atores sociais:

A identificação e análise dos principais atores sociais envolvidos se tornam de suma importância para se tentar entender determinados conflitos. Estes atores geralmente se representam por indivíduos, grupos, organizações ou Estado, e têm identidade própria, reconhecimento social e capacidade de modificar seu contexto. Para Vargas (2007),

a) os atores sociais apresentam diferentes níveis de conhecimento e informação. É nítido que empresários e representantes do governo possuem possibilidade de maior acesso a informações e conhecimentos do que povos indígenas e camponeses, por exemplo;

b) Existe uma grande diferença entre os atores no que tange a apropriação dos recursos e de poderes (expresso em termos políticos, econômicos e sociais). Nesse sentido, Bredariol (2001) nos remonta ao fato de que a existência de um conflito pode resultar em insegurança por parte dos empreendedores quanto à viabilidade dos poderes de decisão e controle;

c) Diferenças nos aspectos culturais, tendo em vista que cada grupo social tem uma forma de relação e apropriação dos recursos naturais.

Para Little (2004), é preciso explicitar os interesses em jogo dos atores sociais envolvidos seguidos por um levantamento das interações sociais destes atores, pois se torna importante, para compreender o conflito em sua totalidade, entender as intenções e posições dos envolvidos. Ainda para o autor, é necessário a descrição das *cotas de poderes* de cada ator social envolvido possibilitando perceber algumas questões políticas em torno dos conflitos.

Além disso, Braga (1997) contribui com a ideia de que a princípio os conflitos ambientais é resultado de uma polarização entre o poder público e os movimentos sociais. Entretanto, ressalta que há outros atores sociais envolvidos, dentre eles, o setor privado (siderúrgicas, mineradoras, indústrias de celulose e outras) que contribui de forma inegável para que esses conflitos aconteçam. O setor privado está diretamente ligado à contradição entre a apropriação privada dos recursos naturais e urbanos, transformando-os em recursos unicamente econômicos e o uso coletivo dos mesmos elementos pela sociedade civil. Ainda nesse sentido, o autor afirma que, ora o Estado vai se comportar como regulador dos conflitos, ora como agente de um de seus pólos, ora como ambos.

II. Natureza:

O conflito ambiental pode ter diferentes naturezas, tais como, econômica, política, cultural, ambiental, social, e por vezes entrelaçadas entre si. Para Borsoi (2007), o conflito ambiental fundamenta-se em “[...] construção social, resultado de sistemas de classificações compartilhados intersubjetivamente por diferentes agentes, inseridos em diferentes universos sociais [...]”. (BORSOI, 2007, p. 20).

III. Objeto de disputas:

Segundo Nascimento e Drummond (2001), o objeto de disputas pode ser material ou simbólico, divisível ou indivisível, profano ou sagrado, real ou irreal, público ou privado, enfim, assume variadas “formas”. O autor ainda alerta o fato de que os atores podem adquirir diferentes visões sobre o objeto, refletindo em uma leitura, compreensão e valorização distintas. Para Zhouri e Laschefski (2010) “[...] os conflitos ambientais surgem das distintas práticas de apropriação técnica, social e cultural do mundo material”. (ZHOURI e LASCHEFSKI, 2010, p. 17)

IV. As dinâmicas:

Os conflitos estão inseridos em uma temporalidade, podendo-se estender por anos e até por séculos, ou mesmo durar apenas algumas horas. Sendo assim, é necessário entender as dinâmicas de um conflito, pois estes podem existir por muito ou pouco tempo dependendo de suas especificidades. O conflito ainda pode em determinados períodos, ser mais ou menos intenso, e às vezes até se encontrar invisível aos olhos dos atores envolvidos. Segundo Little (2004), com o passar dos anos a dinâmica interna de um dado conflito pode mudar, pois os distintos grupos sociais podem passar de antigos aliados em inimigos dos grupos atingidos ou vice-versa. Quanto à dinâmica de um conflito, Vargas (2007) explicita que este pode ocorrer em variadas escalas desde a unidade familiar, a localidade, a região até a escala global. Igualmente podem ocorrer em várias escalas simultaneamente.

Em suma os conflitos ambientais estão ligados a variadas causas e distintos atores sociais. As representações culturais, ambientais, políticas e de apropriação de um determinado território devem ser levadas em consideração nas relações sociais presentes em um determinado território.

MATERIAIS E MÉTODOS

Unidade de análise

A Zona da Mata Mineira está inserida em um contexto de exploração do qual o estado de Minas Gerais foi submetido ao longo da história, contexto esse, que é reflexo do Brasil colônia, que teve suas riquezas naturais roubadas e o intenso massacre de grupos sociais existentes na região. Possivelmente, entre 1693 e 1965 se deu as primeiras descobertas de jazidas nesse estado. Os Bandeirantes paulistas praticavam expedições com o intuito de fazer pilhagem de tribos indígenas, destruição de quilombos, prospecção de terras no intuito de descobrir pratas, e principalmente, a captura e escravização dos gentio³, que para eles durante o século XVII era a atividade mais importante, mais do que a procura por pedras preciosas (MAGLHÃES, 2011).

Paralelo a exploração de metais preciosos, era desenvolvido um diversificado conjunto de atividades produtivas, por citar, uma forte e disseminada atividade mercantil de subsistência, que, além de abastecer os mercados locais eram responsáveis por províncias mais prósperas como São Paulo e Rio de Janeiro (ZHOURI; ZUCARELLI, 2008).

Já no século XIX, ainda com a afortunada agropecuária mercantil de subsistência, ocorreu um significativo avanço da monocultura cafeeira, principalmente, na Zona da Mata. Estes elementos contribuíram, assiduamente, para a degradação de matas, florestas, e cursos d'água mineiros (PÁDUA, 1987 apud ZHOURI; ZUCARELLI, 2008).

De acordo com Zhouri e Rothman (2008), por volta dos anos 90 a Zona da Mata Mineira se tornou alvo de grandes empreendedores, com a projeção de mais de 15 projetos de barragens na região, sendo que seis estavam projetadas para a bacia do Rio Doce, que de maneira óbvia, estava sendo estudada desde a década de 60 por empresas estatais e privadas, devido a sua grande capacidade hidráulica para a produção de energia.

A Zona da Mata, atualmente, é composta por 142 municípios, concentrando 2,7 milhões de pessoas distribuídas entre sete microrregiões, a saber, Juiz de fora, Manhuaçu, Muriaé, Ponte Nova, Ubá, Cataguases e Viçosa. Estas microrregiões possuem particularidades econômicas no que tange à especialização produtiva e potencial econômico conforme explicita Gonçalves e Moreira Jr. (2011),

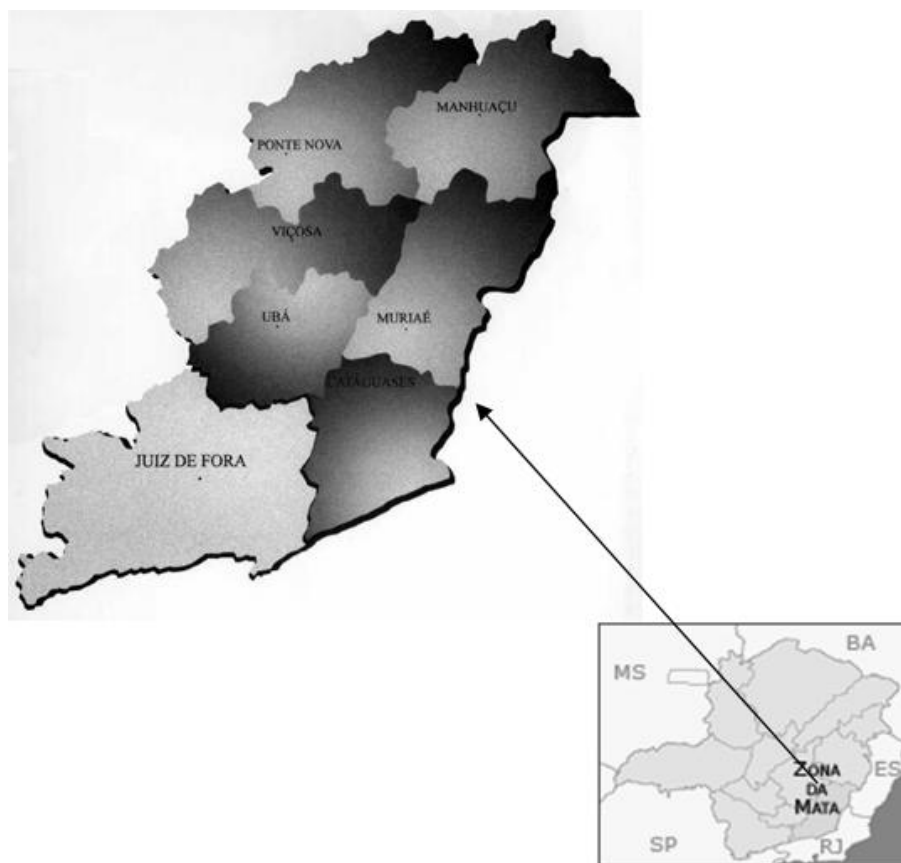
Juiz de Fora é a mais importante microrregião e o maior e mais influente pólo da Zona da Mata, correspondendo a 33,4% da população total e metade da participação do PIB industrial e de serviços de tal região. Cataguases possui 10% da população total da Zona da Mata, tendo como principais atividades industriais os setores têxteis, alimentar, química e papel e papelão. Manhuaçu representa 12,5% da população da Zona da Mata mineira, sendo predominante a atividade agropecuária, com destaque para a produção de café e cebola. Muriaé possui 12,7% da população da região, destacando-se

³ Índios da região que eram considerados o "ouro vermelho" para os Bandeirantes.

na indústria têxtil-confeccionista, bem como na produção de café, cebola, pecuária leiteira e de suínos. Ponte Nova destaca-se como centro logístico para operações de grandes atacadistas, na indústria de papel e papelão, na pecuária de suínos e contempla uma população de 8,6% do total da Zona da Mata. Ubá, com 12,3% da população total, é um dos maiores pólos moveleiros do Brasil, sendo vizinha de Visconde do Rio Branco, que se destaca pela fruticultura desenvolvida e por sediar a PIF-PAF, grande empresa do ramo alimentício. Viçosa é a microrregião da Zona da Mata que possui menor participação no total da população (10,5%), mas tem como principal atividade o setor de ensino, representado pela Universidade Federal de Viçosa. (GONÇALVES; MOREIRA JUNIOR, 2011, p. 3).

Nada obstante, a Zona da Mata Mineira é “cortada” por duas importantes bacias hidrográficas – bacia do Rio Doce e bacia do Rio Paraíba do Sul- além de ser responsável por 7,6% do PIB de Minas com uma extensão geográfica de aproximadamente 35.747,729 km², como pode ser vista no mapa a seguir.

Figura 1- Mapa da Zona da Mata Mineira com destaque para as microrregiões



Fonte: Minas-Gerais. Net, Asminasgerais

Desta maneira, com um olhar voltado para o contexto de exploração e de extermínio de grupos sociais na Zona da Mata Mineira, este estudo pretende percorrer pelas tramas e conflitos entre atores oriundos deste território.

METODOLOGIA

Os dados obtidos neste artigo são parte inerente da pesquisa intitulada: “Mapeando os Conflitos Socioambientais na Bacia do Rio Doce”, iniciada no começo de 2011, vinculado ao Departamento de Economia Rural/Universidade Federal de Viçosa, financiada pelo PIBIC/CNPq.

Buscou-se inicialmente construir o conceito de conflitos ambientais que fosse significativo para essa pesquisa, e para isso foi realizada uma densa pesquisa bibliográfica em livros, teses, dissertações, monografias e artigos científicos que abrangessem a temática almejada. Por seguinte, foi feita uma pesquisa bibliográfica específica sobre a mesorregião da Zona da Mata Mineira tentando assim exaltar suas especificidades e suas similaridades com outras regiões de Minas Gerais. A análise de estudos de casos da região também foi de suma importância, contribuindo de forma notória para traçar um paralelo entre os dados encontrados neste estudo e os apresentados por outros autores.

Outro fator que favoreceu o acompanhamento dos conflitos, mapeados na Zona da Mata Mineira, foi à atuação dos integrantes da pesquisa supracitada no Projeto de Assessoria às Comunidades Atingidas por Barragens na Zona da Mata Mineira (PACAB) que consiste em um projeto de extensão registrado na UFV desde 1996, contudo, no início, era conhecido como Núcleo de Assessoria às Comunidades Atingidas por Barragens (NACAB), pois foi fundada como uma ONG, vindo a ser chamado, posteriormente de PACAB quando este se tornou um projeto de extensão (CARDOSO e JUCKSCH, 2008). Outrossim, foram realizados fichamentos⁴ e discussão de diversos textos, com estudantes, mestrandos e professores das mais distintas áreas do conhecimento.

A coleta de dados se deu por duas instâncias. A primeira projetou-se uma investigação da cobertura midiática da região, como jornais, revistas, publicações eletrônicas, radiofônicas e televisas e assim fez-se o cotejo com bancos de dados *online* para que estes pudessem ser agrupados e classificados. Este confronto de dados possibilitou confirmar os fatos e os atores sociais envolvidos culminando assim em um conflito manifesto. Utilizamos também de uma minuciosa análise do Programa de Geração Hidrelétrica em Minas Gerais (PGHMG 2007-2027), proposto pelo governo estadual, que projeta diversos empreendimentos hidrelétricos para Minas Gerais, até 2030, traçando assim uma porção de potenciais conflitos ambientais para a região.

Em uma segunda instância, procurou-se participar das reuniões populares e audiências públicas em diversas cidades. Realizou-se a gravação das reuniões com diversas falas de autoridades, de líderes dos movimentos sociais, dos atingidos, de outros pesquisadores, entre outros. Conversas informais durante os intervalos das reuniões e das audiências públicas foram de tamanha importância para enriquecer os dados qualitativos.

Abaixo seguem duas fotos: a primeira (figura 2) se refere a uma das reuniões populares organizadas por movimentos sociais, ocorrida em Ponte Nova – MG, em agosto de 2011, e a outra (figura 3) de uma das audiências públicas realizada em Viçosa – MG, pela Comissão de Minas Energia da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, que debateu os impactos da construção do mineroduto da Ferrous, na região da Zona da Mata de Minas Gerais.

Figura 2 - Reunião organizada pelos movimentos sociais em Ponte Nova - MG⁵.



Fonte: <http://www.mabnacional.org.br>

⁴ Segundo Medeiros (1999, p. 97) apud Golçalves e Souza (2007, p. 13) os fichamentos de forma sucinta é "[...] transcrição em ficha de informações pertinentes à realização do trabalho acadêmico. As fichas constituem-se de valioso recurso de estudo de que se valem os pesquisadores para a realização de trabalhos científicos ou acadêmicos".

Figura 3 - Audiência pública realizada no dia 3 de dezembro de 2011 na UFV em Viçosa-MG.



Fonte: blog: "Viçosa Cidade Aberta"

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Aspectos relevantes

Os resultados parciais encontrados até agora não demonstram distinção de outros casos estudados nas bibliografias. Pelo contrário, se assemelham muito no que tange a presença da população, representada muitas vezes pelos movimentos sociais, de um lado e os empreendedores e o Estado de outro. Por vezes percebemos o Estado como intermediador destes conflitos através de seus órgãos reguladores, contudo este tem se encontrado de "mãos atadas" perante a força dos grandes empreendedores e das questões políticas que envolvem determinados conflitos, colocando-se muitas vezes contra a poluição em geral, tornando tal mediação um malogro.

Trazemos neste trabalho uma tabela, logo abaixo, que resume os principais conflitos mapeados, até o presente momento, na Zona da Mata Mineira, assim, é importante evidenciar alguns pontos, a saber,

I – Tipos de conflito: com objetivo de uma melhor visualização e classificação destes, no entanto sabemos que é diversa a natureza de um mesmo conflito e este ainda pode estar dentro de outro, ou até mesmo, gerar/ser consequência de algum. As divisões seguem uma adaptação do caderno de conflitos do GESTA (Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais) (2011). Assim sendo, os principais catalisadores desses conflitos são ocasionados por:

a) Infraestrutura: Este tipo de conflito está diretamente ligado à construção de grandes obras, por citar, as UEHs, as PCHs, minerodutos, gasodutos, dentre outros, que tem sido motivo de grandes embates, na Zona da Mata Mineira.

b) Atividades industriais: Através da transformação da matéria prima em produtos. Listamos atividades industriais, tais como, mineração, siderurgia, petroquímica, dentre outros.

c) Atividades agroindustriais / agrícola / Pecuária / Florestal: Conflitos ligados a esta categoria, geralmente, possuem também alguma fazenda no contexto, pois são exemplos de atividades de monoculturas, irrigação, pecuária, lavoura, extrativismo vegetal, extrativismo animal, uso de agrotóxico, desmatamento e transformação/processamento de matérias primas agropecuárias (de origem animal e vegetal) originando novos produtos (LOURENÇO, 2010). Exemplos: Alimentícias, papel e celulose, agrocombustíveis, madeira; curtume.

d) Áreas protegidas: De acordo com a Associação de Preservação do Meio Ambiente e da Vida (2011) áreas protegidas foram criadas com intuito de assegurar a perpetuação da biodiversidade e de proteger lugares de beleza cênica. Dentre os tipos de áreas protegidas estão: Unidades de Conservação de Proteção Integral; Unidades de Conservação de Uso Sustentável; Áreas de Preservação Permanente (APP); Reserva Legal.

e) Conflitos urbanos: Estão pautados em conflitos de perímetro urbano, como, trânsito, ocupação em áreas de risco, luta por moradia, entre outros.

II - O item "Descrição do conflito" tenta de maneira simples realizar uma breve descrição do conflito, tendo em vista que narrar todo o contexto seria desnecessário e cansativo, outrossim, não é o foco deste trabalho.

III - Quanto aos atores sociais envolvidos procuramos através do levantamento de dados trazer a tona os principais agentes, porém sabemos das dificuldades devido, sobretudo, a dimensão dos conflitos estudados.

IV - Por fim, "Município". Os municípios de impacto não se referem apenas a localidade de determinado empreendimento tendo em vista que os conflitos podem ir além de limites geográficos. Assim, elencamos o conceito de conflitos ambientais espaciais proposta por Zhouri e Laschefski (2010) "[...] abrangem aqueles causados por efeitos ou impactos ambientais que ultrapassam os limites entre os territórios de diversos agentes ou grupos sociais, tais como emissões gasosas, poluição da água, etc." (ZHOURI e LASCHEFSKI, 2010, p. 21).

Deste modo, apresentamos a tabela 1 com os principais conflitos mapeados até o momento, no período de 2006 a 2011, optando por não datar o surgimento de tais embates devido à "temporalidade dos conflitos" que será abordada posteriormente.

Os dados remontam a diversificados contextos de conflitos, no entanto, entre si, eles apresentam características comuns, sobretudo, no que tange aos atores sociais envolvidos, a falta de informação das comunidades atingidas, a violação de direitos humanos no processo, o assédio moral por parte dos empreendedores e a extensão temporal dos conflitos, que será abordado de maneira mais detalhada abaixo.

Alguns atores sociais

Foi possível perceber a presença forte dos Movimentos Eclesiais de Base, dando suporte político e estrutural à população civil organizada, travando grandes embates contra empresas privadas. Identificamos, sobretudo, a figura dos padres nas reuniões dos movimentos sociais (ou a frente destes) e em audiências públicas. Nesse sentido, diversos estudiosos afirmam que a Igreja Católica passou a partir da década de 50 e 60 exercer um papel fundamental na articulação da sociedade civil, em defesa dos direitos humanos, das liberdades democratas, da reforma agrária, dos direitos do proletariado e da redemocratização.

É importante apontar também a presença dos movimentos sociais, especialmente, do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) que de forma singular vem direcionando e organizando reuniões populares na Zona da Mata Mineira, mobilizando outros movimentos, tais como, Via Campesina, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), sindicatos, dentre outros, na luta a favor das comunidades alvo de impactos ambientais. A área de atuação do MAB tem se ampliado na última década deixando de debater apenas o contexto das barragens. Em uma das reuniões populares um dos militantes do movimento expõe a importância da ação do MAB em outras formas de impactos ambientais ocasionados por distintas atividades como: Mineração, empresas poluidoras, construção de estradas, entre outros. Deste modo, juntamente com a Igreja Católica, se tornam os principais atores sociais aliados a luta junto a população na Zona da Mata Mineira.

Ainda, de forma geral, é possível notar a presença das universidades – através de grupos de pesquisas, pesquisadores individuais e projetos de extensão -, diversas ONGs, associações rurais/urbanas e outros inseridos em um processo de divulgação de dados referentes aos conflitos e no assessoramento das vítimas desses embates.

O Estado, presente em praticamente todos os conflitos através de seus agentes reguladores, tem encontrado dificuldades ante a força econômica dos grandes empreendedores, se encontrando desorientado no contexto, não conseguindo assim fazer cumprir seu devido papel. Em depoimentos de atingidos por grandes empreendimentos, o discurso de que as entidades governamentais têm feito vista grossa aos impactos contra o meio ambiente e a violação de direitos da comunidade se repetem em várias ocasiões.

Tabela 1- Principais Conflitos Ambientais mapeados na Zona da Mata Mineira

Tipos de conflito	Descrição do conflito	Atores Sociais envolvidos ⁶	Municípios
Áreas protegidas	A criação do Parque Estadual do Ibitipoca em 1973 leva a uma série de conflitos e tensões ambientais no arraial de Ibitipoca. Inicialmente, este embate teria principiado pela expansão to turismo ocasionando o desequilíbrio nas estruturas econômicas e sociais da região.	Sociedade civil organizada; empreendedores; Estado.	Lima Duarte
Conflitos Urbanos	Em conjunto com outros moradores de Juiz de Fora, a comunidade de Granjas Bethânia, luta pela implementação de uma política pública voltada para a moradia popular, regularização da propriedade fundiária e urbanização.	Moradores de Granjas Bethânia, Juiz de Fora; movimentos sociais; Estado; Igreja Católica.	Juiz de Fora
Conflitos Urbanos	Moradores da ocupação Ponte Nova, em Juiz de Fora, lutam pela legalização da propriedade dos terrenos e urbanização efetiva do local, com a implantação de infraestrutura básica e serviços públicos locais, assim como pela implementação de uma política pública municipal de moradia popular, regularização da propriedade fundiária e urbanização.	Moradores de Ponte Nova, Juiz de Fora; movimentos sociais; Estado; Igreja Católica.	Juiz de Fora
Conflitos Urbanos	Moradores da ocupação bairro Vila Barroso, em Juiz de Fora, lutam pela implementação de uma política pública de moradia popular, regularização da propriedade fundiária e urbanização. Negociam com a fábrica de cimentos Holcim, proprietária da área ocupada, o acesso a outro terreno, e com a prefeitura de Juiz de Fora a construção de residências.	Moradores de Vila Barroso, Juiz de Fora; líder comunitário da Vila Barroso; movimento sociais; Estado; Caixa Econômica Federal; Igreja Católica.	Juiz de Fora
Infraestrutura	Catadores de materiais recicláveis de Juiz de Fora, Ubá e Matias Barbosa lutam contra a precariedade de suas condições de vida e trabalho e procuram se organizar nos âmbitos municipal, estadual e nacional.	Associações de catadores; movimentos sociais; Empresas privadas (CEMIG, Construtora Camargo Correia, Grupo Votorantim, SERQUIP-MG); Estado; ONGs; Moradores e comerciantes da rua Dr.Lafaiete Lovres.	Juiz de Fora Matias Barbosa Ubá
Infraestrutura	Atingidos pela Usina Hidrelétrica Barra do Braúna lutam contra deslocamento compulsório provocado pelo alagamento de suas terras em razão da Licença de Operação concedida ad referendum e sem cumprimento de condicionantes.	Movimentos Sociais; Igreja Católica; Estado; Brookfield Energia Renovável; ONGs; Sindicatos; Trabalhadores rurais atingidos.	Cataguases Laranjal Leopoldina Recreio
Atividades Industriais	Os atingidos pela ruptura na barragem de contenção de rejeitos da empresa Rio Pomba Cataguases Ltda, durante os anos de 2006 e 2007, lutam pelo ressarcimento dos prejuízos sofridos.	Sindicatos; Fundação Oswaldo Cruz; Estado; Trabalhadores rurais: Moradores de Mirai.	Mirai Muriaé Patrocínio do Muriaé
Atividades Agroindustriais / Atividade Agrícola/ Pecuária/ Florestal	Em 2007, moradores do entorno de indústrias alimentícias de Muriaé, denunciam ao MPE que essas empresas provocavam poluição de córregos, várzeas e nascentes da região e emitiam poluentes atmosféricos.	Estado; Empresa de laticínios Mata Indústria e Comércio Ltda; Empresa Laticínios Fapau Ltda; moradores do entorno das empresas de laticínios.	Muriaé
Atividades	Moradores denunciam a empresa Pif Paf por poluir córrego e emitir	Estado; Empresa Pif Paf Alimentos; Moradores do entorno	Visconde do Rio

⁶ Para efeito de simplificação da tabela os atores sociais mapeados foram enquadrados em grupos (movimentos sociais, Estado, Igreja católica, etc.), contudo serão explicitados alguns logo abaixo, para uma melhor discussão dos resultados alcançados.

Agroindustriais / Atividade Agrícola/ Pecuária/ Florestal	fuligem de carvão na atmosfera. O MPE é acionado e são constatadas irregularidades nas atividades da empresa.	da empresa Pif Paf Alimentos.	Branco
Atividades Agroindustriais / Atividade Agrícola/ Pecuária/ Florestal	Moradores do entorno de empresas de laticínios denunciam as empresas por poluírem corpos hídricos, o solo e a atmosfera. Acionado pelos moradores, o MPE celebra Termo de Ajustamento de Conduta e solicita laudos de vistoria à PMMA e à SUPRAM - Zona da Mata. Contudo, esses processos permanecem inconclusos.	Estado; Empresa Laticínio Cantinho de Minas Ltda; Empresa Laticínios José Carlos de Melo Ltda; Empresa Laticínios Carmanini Ltda; Moradores dos entornos das empresas de laticínio.	Guiricema
Atividades Industriais Áreas protegidas Atividade Agroindustriais / Agrícola/ Pecuária/ Florestal	Conflitos entre empresas de mineração de bauxita (Companhia Brasileira de Alumínio, Mineração Rio Pomba, Mineração Curimbaba e MMX-Anglo Ferrous), a administração do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro e agricultores da região.	Parque Estadual da Serra do Brigadeiro; Igreja Católica; ONGs; Companhia Brasileira de Alumínio; movimentos sociais; Estado; Índios Puri; pequenos agricultores e trabalhadores rurais; MMX (Anglo Ferrous); Sindicatos; Votorantim.	Araponga Divino Ervália Fervedouro Jequeri Miradouro Muriaé Orizânia Pedra Rosário da Sericita Bonita Limeira
Áreas protegidas	Conflitos fundiários entre pequenos agricultores e o Parque Estadual da Serra do Brigadeiro (PESB). A luta dos pequenos agricultores levou à redução da cota altimétrica inicialmente proposta para demarcação dos limites do PESB. Contudo, permanecem conflitos relativos a indenizações e averbação de Reserva Legal.	ONGs; Parque Estadual da Serra do Brigadeiro; Estado; Sindicatos; pequenos agricultores.	Araponga Divino Ervália Fervedouro Jequeri Miradouro Muriaé Pedra Sericita Bonita
Infraestrutura	O MAB de Ponte Nova denuncia que as enchentes que atingiram Ponte Nova, em dezembro de 2008, se deveram à interferência dos reservatórios das usinas hidrelétricas de Brecha, Brito e Candonga sobre a vazão do rio Piranga.	Movimentos sociais; ONGs; Administração da Pequena Central Hidrelétrica (PCH) Brecha; Usina Hidrelétrica (UHE) Brito; UHE Candonga;	Ponte Nova
Atividades Agroindustriais / Atividade Agrícola/ Pecuária/ Florestal	Abate clandestino de animais ocorria em desacordo com legislação, gerando incômodo a moradores e impactos em curso d'água.	Estado; Abatedouros clandestinos; Moradores do entorno dos abatedouros.	Manhumirim
Atividades Agroindustriais / Atividade Agrícola/ Pecuária/ Florestal	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Manhuaçu e Federação dos Trabalhadores Rurais de Minas Gerais-Regional Leste lutam contra o uso de agrotóxicos em lavouras de café e suas conseqüências para a saúde dos trabalhadores rurais e para o meio ambiente.	Sindicatos; Associações; Estado;; Sebrae-MG; Agricultores de café dos municípios de Manhuaçu, Acaiaca, Espera Feliz, Divino e Lajinha.	Acaiaca Divino Espera Lajinha Manhuaçu Feliz
Atividades	Moradores do entorno do matadouro municipal de Manhuaçu e o serviço	Ministério Público do Estado de Minas gerais (MPE/MG);	Manhuaçu

Agroindustriais / Atividade Agrícola/ Pecuária/ Florestal	de vigilância sanitária do município, encaminharam ao MPE denúncia de que o matadouro realizava o lançamento in natura de sangue animal e vísceras nas águas do rio Manhuaçu. A empresa responsável assinou um Termo de Ajustamento de Conduta	Empresa responsável pelo matadouro municipal de Manhuaçu; Instituto Mineiro de Agropecuária (IMA); Conselho Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Manhuaçu (CODEMA); Vigilância Sanitária Municipal de Manhuaçu; Moradores do entorno do abatedouro municipal de Manhuaçu.	
Infraestrutura	A comunidade luta contra a construção da UHE Barra do Braúna, pois não poderia ser concedida a Licença de Operação perante a existência de pendências sociais, sobretudo atingidos sem a respectiva prévia e justa indenização garantida na Constituição Federal e ausência de implementação de programas efetivos e participativos de reativação econômica das pessoas atingidas pela barragem.	Barra do Braúna Energética S/A; Estado; Universidade Federal de Viçosa (UFV); ONGs.	Muriaé, Laranjal Recreio, Leopoldina Cataguases.
Infraestrutura	O Ministério Público Federal (MPF) solicita paralisação de qualquer atividade do mineroduto Minas-Rio. Segundo o MPF a análise dos impactos gerados pelo empreendimento foi indevidamente fragmentada, já que as partes do projeto (a mina, o mineroduto e o porto) foram licenciados pelo órgão federal e por órgãos estaduais.	Estado; Anglo American Brasil.	Vários Municípios
Áreas protegidas	Exploração de bauxita no entorno do Parque Serra do Brigadeiro preocupa comunidades e produtores Rurais.	Companhia Brasileira de alumínio; Comunidades do entorno da Serra do Brigadeiro; Estado; Igreja católica; movimentos sociais;	Rosário de Limeira/ Muriaé/Miraí
Infraestrutura	Depois de sete anos gerando energia, o Tribunal de Justiça de Minas Gerais cassou a Licença de Operação da usina de Candonga, em uma ação civil pública impetrada pelo Núcleo de Assessoria às Comunidades Atingidas por Barragens (NACAB), Contudo, de forma irregular, a usina continua gerando energia.	Comunidade atingida; Novelis do Brasil; VALE; Estado; Movimentos sociais; ONGs; Projeto de Assessoria às Comunidades Atingidas por Barragens na Zona da Mata Mineira.	Santa Cruz do Escalvado /Rio Doce
Áreas protegida	Empreendedores imobiliários do município de Viçosa têm construído seus prédios e casa às beiras de cursos d'água, principalmente, do Rio São Bartolomeu.	Município de Viçosa, JBS Participações Ltda, PFS Participações Ltda, Incorporadora irmãos Lélis Ltda; Estado;; Universidade Federal de Viçosa.	Viçosa
Infraestrutura	Conflitos ambientais ocasionados pela implantação do mineroduto da Ferrous Ressources na microrregião de Viçosa-MG, - o mineroduto terá uma faixa de servidão de 40 metros de largura e 400 mil metros de comprimento que ligará o complexo da Mina da Viga, em Congonhas - MG, ao porto próprio em Presidente Kennedy, litoral sul do Espírito Santo.	Movimentos sociais; Igreja Católica; Projeto de Assessoria às Comunidades Atingidas por Barragens na Zona da Mata Mineira; Empresa Ferrous Ressources do Brasil S/A; Estado; Universidade Federal de Viçosa (Através da mobilização de estudantes de diversos cursos); Associação dos Geógrafos Brasileiros; Comunidades atingidas.	Vários Municípios

Fonte: Dados da pesquisa⁷

⁷ Além da pesquisa de campo e matérias de jornais, a complementação e o cotejo dos dados foram retirados dos seguintes sites: <http://www.cptnacional.org.br/>; www.observabarragem.ippur.ufrrj.br/; www.estadao.com.br/; www.uai.com.br/; globominas.globo.com; www.mabnacional.org.br/; www.iracambi.com; <http://www.fafich.ufmg.br/gesta/>;

No caso dos conflitos de cunho urbano, o Estado estabelece claramente em um dos pólos dos conflitos, principalmente, no que tange ao fomento de políticas públicas relacionadas à moradia popular, regularização da propriedade fundiária e urbanização. Estes tipos de conflitos se distinguem de outros, mormente por não ter a presença de grandes empreendedores, o que não é uma regra obviamente.

Os grandes empreendedores estão inseridos nos conflitos de que envolvem comunidades rurais principalmente, entretanto isso não implica que eles não estejam presentes nos conflitos urbanos, mesmo que em menor proporção. Notamos de maneira geral que estes atores estão aptos a utilizar os recursos naturais como forma de aumentar seus lucros, deixando de lado a utilização sustentável da natureza, os impactos ocasionados aos atingidos pelos empreendimentos, os valores culturais e simbólicos, em fim, qualquer coisa que possa ser um empecilho para suas atividades.

A forma como os empreendedores abordam os proprietários das terras tem sido um agravante, pois segundo as denúncias dos movimentos sociais estes utilizam da simplicidade do homem do campo para atingir seus objetivos. Em falas de atingidos foi possível constatar a invasão das propriedades por parte dos empreendedores; a negociação das indenizações de forma individual (enfraquecendo a atuação coletiva) com os proprietários estabelecendo valores diferenciados pelas terras; e estimulação do êxodo rural. Além disso, os empreendedores utilizam da capacidade de persuasão dos mais variados profissionais para que os atingidos aceitem as baixas indenizações, desconsideram os meeiros e os diaristas como dependentes da terra e utilizam até mesmo de ameaças, e ainda desconsideram os valores culturais/simbólicos daqueles que são atingidos por tal empreendimento.

A omissão de informação

É fato que, na maior parte dos conflitos mapeados, até agora, existe a grande problemática do quesito informação. Estas informações ora chegam às comunidades atingidas de forma distorcida, ou incompleta, ou nem chegam. Existe ainda o agravante da decodificação das mensagens, devido à falta de conhecimento técnico por parte das comunidades e do pouco interesse por parte dos empreendedores de emitir informações claras sobre o assunto.

Outro aspecto que deve ser levado em consideração, diz respeito à confecção do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e do Relatório de Impacto Ambiental (RIMA)⁸. Normalmente estes relatórios, como já apontavam em seus estudos Cardoso e Jucksch (2008), trazem informações muito generalizadas, em uma escala que não permite uma boa caracterização da área, e assim esta generalização de um panorama geral da região, não obstante, por si só, não atingi os objetivos do estudo. Igualmente, Borges e Silva (2011) reportam que "[...] os EIAs das Usinas Hidrelétricas, que são altamente impactantes, são perfeitos exemplos de como todo esse processo está defasado". (p.224).

A omissão de elementos nestes estudos tem sido bastante denunciada pelos atingidos da Zona da Mata Mineira, talvez por incapacidade técnica, ou até mesmo, na visão dos atingidos, por má índole, já que isso favorece a aquisição da licença prévia (LP)⁹ emitida pelas entidades reguladoras.

Ainda, de acordo com Cardoso e Jucksch (2008), os dados levantados pelos EIA/RIMA valorizam o empreendimento e desvalorizam as propriedades daqueles que serão impactados, e no caso dos ambientes rurais da Zona da Mata Mineira, a leitura que se faz é que moram na região famílias em terras improdutivas e que praticam agricultura de forma irrisória. "Na ótica desses relatórios, a região é estagnada e a agricultura desenvolvida é atrasada e sem valor econômico considerável." (CARDOSO; JUCKSCH, 2008, p. 220). O que não é verdade, pois a

⁸ O Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) contém informações inerentes a região de instalação do empreendimento, tais como, Geologia, Socioeconômico, Morfologia, Solos, Hidrologia, Clima, Flora e Fauna, destarte devem-se prever os impactos ambientais ocasionados por um empreendimento considerando as fases de planejamento, implantação e operação.

⁹ "[...] cada etapa do processo de licenciamento ambiental, é necessária a licença adequada: no planejamento de um empreendimento ou de uma atividade, a licença prévia (LP); na construção da obra, a licença de instalação (LI) e na operação ou funcionamento, a licença de operação (LO)." (CARTILHA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL, 2007, p. 17).

região é uma das principais produtoras de leite, do estado de Minas Gerais, e essa produção vêm das diversas pequenas propriedades instaladas na região.

Violação de direitos humanos

Atualmente o Conselho de defesa dos Direitos da Pessoa Humana¹⁰ (CDDPH), que corresponde à Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos e à Comissão de Direitos Humanos da ONU, reconhece a violação de diversos direitos humanos violados durante a construção e operação de grandes empreendimentos, e nos conflitos registrados na Zona da Mata Mineira, não é diferente.

Deste modo, os movimentos sociais, a Igreja Católica, as universidades, as ONGs e especialmente o MAB, têm feito denúncias de direitos humanos violados, nas reuniões populares, nas audiências públicas, nos meios de comunicação, e outros. O modo de agir dos grandes empreendimentos seguidos das consequências de atividades econômicas voltadas à acumulação de capital e as brechas deixadas pelos agentes reguladores do Estado, têm facilitado a violação de tais direitos, como: Direito à informação e à participação; Direito à liberdade de reunião, associação e expressão; Direito à moradia adequada; Direito a um ambiente saudável e à saúde; Direito à melhoria contínua das condições de vida; Direito à plena reparação das perdas; Direito à justa negociação e tratamento isonômico, conforme critérios transparentes e coletivamente acordados; Direito de ir e vir; Direito à cultura, às práticas e aos modos de vida tradicionais, assim como ao acesso e preservação de bens culturais, materiais e imateriais; Direitos dos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais; Direito de grupos vulneráveis a proteção especial; Direito à Reparação por perdas passadas; dentre outros.

Temporalidade dos conflitos

A temporalidade dos conflitos é outro fator que chama nossa atenção. Fazendo um paralelo com o que salienta Cortés (1999) apud Vainer (2008), os impactos já ocorrem desde as primeiras notícias da instalação de grandes obras, gerados principalmente pela especulação, contudo percebemos em nosso estudo um pós impacto, ou seja, depois de muito tempo que as obras já foram construídas e os empreendimentos funcionando, a população ainda continua sendo atingida pelo empreendimento, provando assim que o impacto ambiental acontece antes, durante e depois dos projetos. Aqui, na Zona da Mata Mineira estes conflitos vêm acontecendo, maiormente por reassentamentos¹¹ mal feito, acidentes nos empreendimentos, levando muitas vezes a poluição do meio biótico, plano de reativação econômico¹² da comunidade mal resolvido e outros.

Destarte, como bem ressalta Little (2006), um conflito pode se tornar latente por vários anos, dependendo de determinados fatores para que ele se manifeste. Este conflito possui uma dinâmica interna que identifica as polarizações e as alianças, podendo estas variar conforme o tempo, entretanto, de forma geral, percebeu que os conflitos mapeados por este trabalho possui a polarização dos atores fixa ao longo da temporalidade dos embates.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De modo geral, os conflitos mapeados na Zona da Mata Mineira seguem o contexto de desenvolvimento econômico insustentável e da exploração dos recursos naturais e da população atingida, como já apontada em outros estudos. Os recursos naturais têm sido

¹⁰ O Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, de âmbito nacional. Foi criado através da Lei 4.319, sancionada em 16 de março de 1964 tendo como escopo zelar, promover e defender os direitos fundamentais da pessoa humana, guardar a aplicação das normas que asseguram esses direitos, outrossim, determinar as ações para evitar abusos e lesões a esses direitos. (MATOS, 2009).

¹¹ Os reassentamentos se dão pela necessidade do deslocamento de uma determinada comunidade para a construção de um empreendimento. Segundo Turatti (2001) estes deslocamentos configuram-se em um choque cultural. De um lado existe o interesse dos grandes empreendedores e de outro os valores da tradição das comunidades reassentadas, possibilitando um novo ambiente de conflitos.

¹² No processo de reassentamento de uma comunidade é feito, de forma participativa, um plano de reativação econômica para que esta volte a produzir em seu novo espaço de morada. Contudo, o que se tem visto são propostas que não atendem de fato as comunidades, se distanciando exageradamente da forma de produzir e gerar renda que antes era feito em seus locais de origem.

usados de forma a incrementar os lucros dos empreendedores trazendo pouco desenvolvimento para as regiões e deixando grandes impactos ambientais. O Estado não tem sido efetivo no papel de mediação e gestão dos conflitos, e muitas vezes este se estabelece do lado dos empreendedores deixando de ir ao encontro dos direitos das comunidades atingidas.

Averiguamos, também, que a Igreja católica juntamente com o MAB tem sido os maiores aliados das comunidades atingidas pelos impactos ambientais, mobilizando a população frente aos empreendedores possibilitando que esta conquiste alguns direitos, mesmo que irrisório ante aos grandes impactos ocasionados por tais conflitos.

Por fim, salientamos que diversos são os conflitos mapeados até o momento e o quão complexo são as questões que envolvem o mesmo. É preciso um olhar que vai além dos danos ocasionados ao meio ambiente, é preciso abarcar neste conceito de meio ambiente o ser humano que é o principal atingido no processo, é preciso ter um olhar voltado para os valores culturais e simbólicos, os sonhos e outras questões que estão além do meio biótico, do ambiente econômico e político que tais embates estão inseridos.

REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

ASMINASGERAIS. **Mapa da Zona da Mata Mineira**. 2012. Disponível em: <<http://www.asminasgerais.com.br/zona%20da%20mata/Biblioteca/Mapas/Atuais/mapatu0001.html>> Acesso em 21 de junho de 2012.

ASSOCIAÇÃO DE PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE E DA VIDA. **Áreas protegidas**. 2011. Disponível em: <<http://www.apremavi.org.br/mata-atlantica/mata-segura/areas-protegidas/>>. Acesso em 29 de Novembro de 2011.

BARBANTI JR., Olympio. Conflitos socioambientais: teorias e práticas. In: **Anais do I Encontro da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade - ANPPAS**. Indaiatuba- SP, 2002. Disponível em: <www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro1/index.html#2>. Acesso em 09 de novembro 2011.

BLOG VIÇOSA CIDADE ABERTA. **Mineroduto**. Disponível em: <<http://vicosacidadeaberta.blogspot.com/>>. Acesso em 10 de junho 2011.

BORGES, Reinaldo Sebastião. SILVA, Vicente de Paulo da. Usinas hidrelétricas no Brasil: a relação de afetividades dos atingidos com os lugares inundados pelos reservatórios. In: **Caminhos de Geografia - revista on line**. Uberlândia v. 12, n. 40 dez/2011. pp. 222-231.

BORSOI, Adriana Maria. **Mineração e Conflito Ambiental: atores sociais e interesses em jogo na extração de granito no município de Nova Venécia – ES**. 2007. 81 f. dissertação (Mestrado em Ciências ambiental) – Instituto de Geociências, Universidade Federal de Fluminense, Niterói. 2007.

BRAGA, Tânia. **Conflito sócio-ambiental e constituição de agentes sociais ambientalistas: um estudo sobre as cidades industriais da bacia do Rio Piracicaba**. Minas Gerais, 1997. Disponível em: <<http://ebookbrowse.com/r/rio-piracicaba>>. Acesso em 21 de Novembro 2011.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Cartilha de licenciamento ambiental**. 2 ed. Brasília : TCU, 4ª Secretaria de Controle Externo, 2007.

BREDARIOL, Celso Simões. O Aprendizado da Negociação em Conflitos Ambientais. In: **II Encontro da ANPPAS**, Indaiatuba, SP, Maio 2004. Disponível em: <http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro2/> acesso em 16 de Novembro 2011.

CARDOSO, Irene Maria; JUCKSCH, Ivo. Análise dos ambientes naturais da zona da mata mineira estudados em projetos hidrelétricos. In: ROTHMAN, Franklin Daniel (org.). **Vidas alagadas: conflitos socioambientais, licenciamento e barragens**. Viçosa: UFV, 2008.

DAVES, Hannah Iudmara Rios Nogueira; BRAGA, Maria Cecília Silva. **O caso da usina hidrelétrica de Belo Monte e o pluralismo jurídico**. Jus Navigandi, Teresina, ano 16, n. 2996, 14 set. 2011. Disponível em: <<http://jus.com.br/revista/texto/19989>>. Acesso em 13 dezembro de 2011.

FERROUS RESSOURCES. **Mineroduto**. Disponível em: <<http://www.ferrous.com.br/index.php/projetos/view/14/14>>. Acesso em 07 de novembro de 2011.

GESTA. **Mapa dos Conflitos Ambientais de Minas Gerais**. Disponível em <<http://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br>> acesso em 26 de Novembro 2011.

GONÇALVES, Cleber Vicente; SOUZA, Vanda Lucia. **Manual para orientação de padronização e normatização de trabalhos acadêmicos do UGB**. 2ª ed. Volta Redonda, 2007. Disponível em: <http://www.ugb.edu.br/web/downloads/materiais_apoio/ngt/Manual_Trabalhos_Academicos_UGB.pdf>. Acesso em 03 de Dezembro de 2011.

GONÇALVES, Eduardo; MOREIRA JÚNIOR, Jackson Fernandes. **Agenda regional de desenvolvimento da zona da mata**. Disponível em: < <http://www.ufjf.br/assembleiadamata/> > Acesso em 18 de Novembro de 2011.

JORNAL FOLHA DA MATA. **MINERODUTO: Morador do Vale do Paraíso protesta na CMV**. Viçosa, p.15, 01 de jul. 2011.

LITTLE, Paul Elliott. Ecologia política como etnografia: um guia teórico e metodológico. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, No. 25, 1º semestre de 2006.

_____. A etnografia dos conflitos sócio-ambientais: bases metodológicas e empíricas. In: Encontro da associação nacional de pós-graduação e pesquisa em ambiente e sociedade, 2., 2004, Indaiatuba. **Anais Eletrônicos**. Indaiatuba: ANPPAS, 2004. Grupo de Trabalho. Disponível em: < http://www.anppas/encontro2/GT/GT17/gt17_little.pdf>. Acesso em 4 de dezembro de 2011.

LOURENÇO, Joaquim Carlos. **Logística agroindustrial: desafios para o Brasil na primeira década do século XXI**. v. I. Málaga:eumed net, 2010.

MAGLHÃES, Tiago Luís. **As minas gerais e o século do ouro: Antecedentes da descoberta do ouro**. Disponível em: <<http://www.fafich.ufmg.br/pae/>>. Acesso em 01 de Dezembro de 2011.

MALVEZZI, Roberto. Discurso Ambiental Brasileiro x Investimentos do PAC e do BNDS. in: **Simpósio Internacional sobre mudanças climáticas**. Brasília, 2009. Disponível em: < <http://www.asabrazil.org.br/UserFiles/File/Discurso%20Ambiental%20Brasileiro%20x%20Investimentos%20do%20PAC%20e%20BNDS.pdf> > Acesso em 28 de Novembro de 2011.

MATOS, Fernando Antonio dos Santos. **Conselho de defesa dos direitos da pessoa humana**. Resolução Nº 08/08. Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República. Disponível em: <<http://www.ptsul.com.br/pdf/29263.pdf>>. Acesso em 24 de Novembro de 2011.

MINAS - GERAIS. NET. **Mesorregião da Zona da Mata**. Disponível em: <http://www.minas-gerais.net/diretorio/index.php?cat_id=763>. Acesso em 22 de Dezembro de 2011.

MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS. **Movimentos denunciam impactos na construção de minerodutos**. Disponível em: < <http://www.mabnacional.org.br> > Acesso em 01 de Dezembro de 2011.

NASCIMENTO, Elimar; DRUMMOND, José Augusto. - **Conflito, ordem e negociação: construindo a sociedade**. Disponível em: <www.unbcds.pro.br/cursovirtual. Brasília/DF>. Acesso em 18 de dezembro de 2001.

PIASENTIN, Flora Bonazzi. **Conflitos socioambientais em torno do manejo do sistema agroflorestal tradicional cabruca no Sudeste da Bahia**. Brasília, 2008. Disponível em: <<http://www.unbcds.pro.br/pub/?CODE=01&COD=31&X=565>>. Acesso em 04 de dezembro 2011.

REZENDE, Leonardo Pereira. **Impacto ambiental e condicionantes sociais. E se Deus não dar?**. Jus Navigandi, Teresina, ano 15, n. 2569, 14 jul. 2010. Disponível em: <<http://jus.com.br/revista/texto/16970>>. Acesso em 30 de novembro 2011.

THEODORO, Suzi Huff; CORDEIRO, Pamora Figueredo; BEKE, Zeke. **Gestão ambiental: uma prática para mediar conflitos socioambientais**. Brasília, 2004. Disponível em: <<http://www.bvsde.paho.org/bvsacd/cd25/theodoro.pdf> > Acesso em 26 de novembro 2011.

TURATTI, Maria Cecília Manzoli. **O planejado e o vivido: o reassentamento de famílias ribeirinhas no Pontal do Paranapanema** (Resumo). São Paulo, Fapesp/AnnaBlume, 2000.

Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ra/v44n1/5348.pdf>>. Acesso em 04 de Dezembro de 2011.

VAINER, Carlos Bernardo. Conceito de “Atingido”: Uma Revisão do Debate. In ROTHMAN, Franklin Daniel (org.). **Vidas Alagadas**: conflitos socioambientais licenciamento e barragens. Viçosa: UFV, 2008.

VARGAS, Glória Maria. Conflitos Sociais e Sócio-Ambientais: proposta de um marco teórico e metodológico. **Sociedade e Natureza**, Uberlândia, No. 19, 2º semestre de 2007.

WWF BRASIL. **O que é desenvolvimento sustentável?** Disponível em: <http://www.wwf.org.br/natureza_brasileira/questoes_ambientais/desenvolvimento_sustentavel/>. Acesso em 02 de Dezembro de 2011.

ZHOUR, Andréia; LASCHEFSKI, Klemens. (org.) **Desenvolvimento e Conflitos ambientais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

ZHOURI, Adréia; ROTHMAN, Franklin Daniel. Assessoria aos atingidos por barragens em Minas Gerais: desafios, limites e potencial, in Franklin Rothman (org.), **Vidas alagadas**: conflitos socioambientais, licenciamento e barragens, Viçosa: UFV, 2008.

ZHOURI, Andréia; ZUCARELLI, Marcos Cristiano. Mapa dos Conflitos Ambientais no Estado de Minas Gerais - notas preliminares de uma pesquisa em andamento. In: **IV Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade**, 2008, Brasília. IV ENANPPAS, 2008.